

Custos e sustentabilidade ambiental: uma oportunidade estratégica para organizações

Angela Maria Carneiro Silva (PUCPR) kpg@kpg.adm.br
Robson de Faria Silva (UNIPAR) faria762@hotmail.com
Kellerman Augusto Lemes Godarth (UNIPAR) kgodarth@gmail.com

Resumo:

Este artigo tem como objetivo apresentar discussões e conceituações acerca do tema Custos e Sustentabilidade, baseado em informações de outros trabalhos sobre os temas. A análise fundamenta-se nas considerações sobre qual o impacto causado no ambiente globalizado das últimas décadas e o que está levando as empresas aderirem o desenvolvimento sustentável em sua estratégia. Onde o custo das ações é considerado oportunidades e investimentos possibilitando as organizações ambientalmente, socialmente e economicamente responsáveis a obterem vantagem competitiva.

Palavras chave: Sustentabilidade, Custos, Gestão Ambiental.

Costs and environmental sustainability: a strategic opportunity for organizations

Abstract

This article have the objective of show discussions and conceptualizations around the theme: costs and sustainability, based in information of other works about the themes. The analysis is based in considerations over the impacts in the globalized ambient in the lasts decades and the reasons that are leading companies adept the sustainable development in yours strategy. Where the costs of action is considerate opportunities and investments enabling the environmentally, socially and economically responsible organization get competitive advantage.

Key-words: Sustainability. Costs. Environmental management

1. Introdução

Para garantir seu espaço num mundo cada vez mais globalizado, empresas e stakeholders precisam buscar um diferencial competitivo. O meio ambiente pode ser um diferencial eficaz com métodos de preservação e investimento contábil, considerando os ativos ambientais. Quem não se readaptar dificilmente sobreviverá e a habilidade em gerenciar os custos do negócio será significativa para poder criar e sustentar vantagens competitivas.

A Gestão Estratégica de Custos exige que todas as decisões de investimentos sejam analisadas e avaliadas do ponto de vista do retorno que propiciam, da estrutura de custos que se instala e principalmente dos custos que permanecem se a estratégia for abandonada. (SOUZA; CLEMENTE, 2007, p.15).

Segundo Shank et al. (1997, p.115), apud Bacic (2008), o papel da informação contábil é facilitar o desenvolvimento e a implantação de estratégias gerenciais e, segundo Porter (1999,

p.27), a essência da formulação estratégica é criar e sustentar vantagem competitiva.

Souza e Clemente (2007, p.13) traduzem custos como consumo de recursos, ou seja, a expressão monetária do que é consumido do processo de produção de um bem ou serviço.

Para Shank e Govindarajan (1995), apud Bacic (2008), “os dados de custos devem ser usados para desenvolver estratégias superiores a fim de se obter uma estratégia coerente com o ambiente”. A contabilidade disponibiliza informações para os públicos interno e externo. A importância está em prover informações internas desde a fase da formulação da estratégia, pois as decisões de investimento decorrentes da estratégia selecionada implicam alterações na estrutura de custos. Quanto mais dinâmico o ambiente, mais acelerado é o processo de criação de vantagens competitivas.

O conceito de sustentabilidade surgiu da necessidade das empresas em optar por um processo de produção que visa atender as necessidades da geração atual, sem o prejuízo da capacidade de produção e de recursos, para atender as necessidades das gerações futuras, buscando para isso um equilíbrio entre um processo de produção contínuo e os recursos existentes para tal, através da conscientização por atitudes e ações, exercendo assim, seu papel na promoção do desenvolvimento sustentável.

Cabe aqui salientar a importância de relacionar a contabilidade gerencial ou a gestão de custos com o desenvolvimento sustentável num contínuo e completo aperfeiçoamento de seus produtos, processos e colaboradores e conseqüentemente, manter a atitude proativa em relação às constantes mudanças econômicas, sociais, culturais e ambientais que permeiam o universo em que são inseridas. (SOUZA, CLEMENTE, 2007).

A disponibilidade de informações obtidas através do Curso de Gestão de Custos e de estudos complementares relacionados nos permite refletir e fazer algumas considerações que se fazem necessárias ao longo deste trabalho.

Este artigo também foi elaborado a partir da leitura e análise bibliográfica de uma dissertação com enfoque contábil, da autora Fabiane Zoraia Tribess Ono, (2010) sob o tema “Informações dos relatórios de sustentabilidade de empresas brasileiras: enfoque na contabilidade da gestão ambiental”, enfatizando os seguintes aspectos: - o desenvolvimento sustentável no contexto organizacional, a partir dos três pilares clássicos: econômico, social e ambiental; - um exemplo de como as informações contábeis são processadas através de um demonstrativo de ações sócio-ambientais, chamado Balanço Social ou Relatório de Contabilidade; - informações relevantes da pesquisadora aos stakeholders sobre as ações numa empresa e as questões ambientais; - entendimento sobre o conceito de sustentabilidade, de custos e a responsabilidade da gestão ambiental.

Fundamentada em alguns relatórios, Ono (2010, p.16) referencia questões consideradas por Hendriksen e Van Breda (1999) para aprimorar o entendimento das relações entre a área contábil e os demonstrativos que evidenciam a atuação social das empresas, com base na responsabilidade social e ecológica das entidades.

Segundo ela, as informações divulgadas no relatório de sustentabilidade GRI, modelo disseminado internacionalmente, exercem relações funcionais para com a Contabilidade da Gestão Ambiental, sendo possível sua utilização como ferramenta de gestão interna. A gestão ambiental é uma medida estratégica organizacional socializando informações qualitativas e quantitativas de indicadores ambientais, orientadas a atingir suas metas e objetivos estratégicos.

Ao analisar esses documentos, a pesquisadora verificou sua utilidade como guia auxiliar aos procedimentos internos da empresa (contabilidade ambiental). Seus estudos se justificam pela

busca da ferramenta adequada de gestão ambiental face às necessidades acadêmicas e empresariais.

Seu objetivo geral foi identificar nos relatórios de sustentabilidade divulgados por empresas brasileiras em 2008 e elaborados a partir do modelo G3 da Global Reporting Initiative (GRI), informações pertinentes a Contabilidade da gestão Ambiental (CGA), cuja abordagem compreenda aspectos físicos e monetários, de acordo com a proposta de Schaltegger, Hanh e Burritt (2000, 2001, 2002) os quais exploram os modelos de balanço social, denominados de relatórios de sustentabilidade, mais utilizados pelas empresas brasileiras: Os nacionais são do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase) e do Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social (Ethos) e o modelo internacional criado pela G3 da Global Reporting Initiative (GRI).

Estruturou seu trabalho em seis partes: - introdução, com o tema a ser desenvolvido; - revisão de literatura, onde buscou as relações entre a contabilidade e o meio ambiente sócio empresarial; - material e métodos, com a explicação dos procedimentos de coleta, investigação, metodologia e análise de dados; - resultados e discussões, discutidos e interpretados pelo uso das técnicas anteriormente citadas e conclusões e considerações finais sobre os dados representativos do estudo, bem como suas considerações.

2 Sustentabilidade

O termo se originou durante a década de 80, com a publicação do documento “Nosso Futuro Comum”, elaborado na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), realizado em 1987, de acordo com esse documento, o desenvolvimento sustentável é “o desenvolvimento que garante o atendimento das necessidades do presente sem comprometer a habilidade de gerações futuras de atender as suas necessidades”. (Nosso Futuro Comum, 1991, p.44).

O crescimento em todos os países é inevitável, é preciso criar uma estrutura para suportá-lo, supri-lo, de maneira a produzir mais, reciclar mais, conscientizar mais e consumir menos.

Segundo Moreira (2000), apud Ono (2010), a forma como essa idéia foi difundida, provocou confusão ao próprio Relatório, mas e esclarecido com base em Brüseke.

Brüseke (1996) ressalta que a origem da noção de sustentabilidade é ainda anterior ao texto do Clube de Roma, Limites do crescimento, de 1972, é a publicação da Conferência de Estocolmo sobre Human Environment, também desse ano. Os debates sobre os riscos da degradação do meio ambiente começaram nos anos 60 e nos anos 70. Brüseke realça a importância tanto da publicação The entropy Law and the economic process de Georgescu-Roegen, de 1971, que tornou-se o marco da economia ecológica e das considerações sobre o papel da termodinâmica para o estudo do desenvolvimento e da sustentabilidade, quanto do Environment and styles of development de Ignacy Sachs, que, em 1976 por sua vez, formulou o conceito de ecodesenvolvimento. (MOREIRA, 2000, p.40-41).

Ono (2010) destaca que essa concepção faz com que o termo de sustentabilidade tenha uma maior força nos dias atuais, fazendo com que os países precisem descobrir maneiras de promover o crescimento de suas economias, sem destruir os meios para produção cientes de que uma empresa sustentável é aquela que gera lucro para os acionistas, ao mesmo tempo, que protege o meio ambiente e melhora a vida das pessoas com quem mantém interações, suas atividades promovem a interseção entre os interesses de negócios e os interesses do meio ambiente e da sociedade.

Conforme estudos da pesquisadora, a partir desse momento com a crescente preocupação sobre o rumo do desenvolvimento e suas conseqüências em nível mundial, houve uma

necessidade de estabelecer ações, atitudes, rumos a serem tomados pelo bem do planeta, por isso diversas reuniões com a presença de chefes de estado do mundo todo passaram a ser agendadas.

Em comemoração ao vigésimo aniversário da Conferência de Estocolmo, em junho de 1992 foi realizado no Rio de Janeiro a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD) ou Eco-92 e Rio-92, nesse evento foi observado o conceito de desenvolvimento sustentável e sua contribuição para a conscientização de que os danos ao meio ambiente eram de responsabilidade de todos os países desenvolvidos, e a busca para essa necessidade após discussões, resultou em grandes documentos: A Carta da Terra (rebatizada de Declaração do Rio) e a Agenda 21.

A agenda 21 dedica-se aos problemas da atualidade e almeja preparar o mundo para os desafios do século XXI. Ela reflete o consenso global e compromisso político em seu mais alto nível, objetivando o desenvolvimento e o compromisso ambiental. A Declaração do Rio visa estabelecer acordos internacionais que respeitem os interesses de todos e proteja a integridade do sistema global de ecologia e desenvolvimento. A partir desse momento, começa a existir de maneira globalizada uma preocupação no que diz respeito à Gestão Ambiental e o Desenvolvimento Sustentável tanto por partes das entidades governamentais das organizações públicas e privadas como dos consumidores deste mercado global (OLIVEIRA FILHO, 2004, p.6).

Segundo Kraemer (2004), a Declaração do Rio se trata de um documento contendo uma série de compromissos entre os 170 países presentes na Eco-92, eles assumiram o desafio de incorporar em suas políticas públicas, princípios do desenvolvimento sustentável. Em 2002, em Joanesburgo, na África do Sul a equipe do Desenvolvimento Sustentável juntou-se novamente realizando a Rio+10, teve como foco principal a avaliação o progresso feito desde a Eco-92 na questão ambiental, foi elaborado em tal ocasião o Tratado de Kyoto, onde se firmou um compromisso em que os países com maior nível de industrialização, reduziram a emissão de gases do efeito estufa. Os Estados Unidos da América negaram a assinar o protocolo alegando o seu presidente da época George W. Bush, que, os compromissos acarretados por tal protocolo interfeririam negativamente na economia norte-americana.

A partir disso, o tema ganhou forças, os países preocupados com futuro sustentável do planeta e a continuidade dos recursos naturais para atender toda e qualquer forma de necessidade humana, tem abraçado a causa e disseminado o desenvolvimento sustentável entre suas nações, uma concretização disso, como relata Kraemer (2004), apud Ono (2010), são essas reuniões com a presença dos maiores chefes de estado e assinatura desses tratados e acordos, para juntos buscarem melhores rumos e praticarem as melhores ações, para atingir o tão almejado objetivo do desenvolvimento sustentável.

Segundo Kraemer (2004) apud Ono (2010, p. 25), a Rio-92 conduziu à estruturação da noção de desenvolvimento sustentável, originando o uso da expressão triple bottom line em 1994, desenvolvido por John Elkington, expressão que ficou conhecida como as dimensões que compõem o tripé da sustentabilidade na década de 90, tornou-se comum nos meios acadêmicos e empresariais, cuja abordagem visa racionalizar o desenvolvimento econômico e minimizar os impactos ambientais através de um modelo alternativo sustentável. Sua operacionalização baseia-se num resultado final tríplice: prosperidade, equidade social e qualidade ambiental, sendo igualmente importantes.

Nele, a sustentabilidade é vista como a incorporação da atividade econômica, do bem-estar social e da integração ambiental. O capital é considerado fundamental para a criação da riqueza, porque impulsiona o desenvolvimento, porém, é inibido por fatores sociais e ambientais. E segundo o modelo, esses três aspectos são mantidos por estruturas de

governança e institucionais, necessárias à sustentabilidade. (O'RIORDAN et al. 2001 apud WILKINSON e REED 2007), apud Ono (2010).

Ono (2010, p.27) ainda enfatiza conceitos de Elkington (1997), apud Almeida (2006) com base na abordagem triple botton line, quanto às ações que são orientadas para a sustentabilidade, integrando aspectos de curto e de longo prazo integrando os três componentes do desenvolvimento sustentável: crescimento econômico, proteção ambiental e equidade social.

De acordo com Silva (2008), a sustentabilidade se desenvolve como método integrado de abordar um amplo tema de negócios referentes a meio ambiente, direitos dos trabalhadores, proteção aos consumidores e governança corporativa, assim como sobre o impacto das atividades das empresas em relação a questões sociais mais abrangentes, como, fome, pobreza, educação, saúde e direitos humanos, e aos efeitos desses temas como lucro, diante disso, podem-se citar alguns aspectos principais da sustentabilidade:

- a) sustentabilidade social, melhoria da qualidade de vida da população, diminuição das diferenças sociais;
- b) sustentabilidade econômica, públicos privados, compatibilidade entre padrões de produção e consumo, acesso á ciência e tecnologia, equilíbrio de balanço de pagamento;
- c) sustentabilidade ecológica, redução dos resíduos tóxicos e da poluição, reciclagem de materiais e energia;
- d) sustentabilidade cultural, respeito aos diferentes valores entre os povos;
- e) sustentabilidade espacial, equilíbrio entre o rural e o urbano, equilíbrio das migrações, adoção de práticas agrícolas mais inteligentes e não progressivas a saúde e ao meio ambiente, manejo sustentado das florestas e industrialização descentralizada;
- f) sustentabilidade política, no caso do nosso país, a evolução da democracia representativa para sistemas descentralizados e participativos, maior autonomia dos governos locais;
- g) sustentabilidade ambiental, conservação geográfica, equilíbrio de ecossistemas, erradicação da pobreza e da exclusão.

3 Gestão ambiental dentro das empresas

Segundo Savitz (2007), a sustentabilidade é hoje princípio fundamental da gestão inteligente, algo muito fácil de ignorar ou de assumir como inevitável, num mundo em que o resultado financeiro geralmente é visto como a única medida de sucesso.

Autores como Souza e Clemente (2007) ressaltam a importância do papel social para a empresa e sua importância para o bom resultado financeiro, cujo princípio capitalista é gerar lucro.

A sustentabilidade dentro da empresa, entretanto, não é apenas discutida em grandes eventos ou reuniões de âmbito internacional, ela é pauta e faz parte da responsabilidade de cada empresa, não deve e não pode ser encarada como apenas um bem comum, pois hoje é um fator competitivo no mercado, devido ao considerado aumento das pressões sociais, tantos dos stakeholders financeiros e não-financeiros. Empresas que não aderem esse conceito, não se estruturam de forma a desenvolver uma organização sustentável e deixam de ganhar.

“Um sistema pode ser definido como um conjunto de elementos integrantes e interdependentes relacionados cada um ao seu ambiente de modo a formar um todo organizado”. (SILVA, 2005, p.352).

O ambiente é um dos parâmetros dos sistemas, constante esta, que caracteriza por suas

propriedades, o valor e a descrição dimensional de um sistema. Importante, portanto, na definição do conceito de sustentabilidade.

Ao tratar do desenvolvimento sustentável e seus três pilares, Ono (2010), destacou os conceitos referenciados no relatório *Nosso Futuro Comum* (1991, p.44), produzido pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento da Organização das Nações Unidas (ONU) em 1987, também chamado Relatório de Brundtland. A integração do meio ambiente ao desenvolvimento se faz necessária em todos os países do Terceiro Mundo, onde o termo é muitas vezes empregado nos termos de mudança econômica e social.

Não há legislação específica em nenhum país do mundo para que seja colocado em prática o desenvolvimento sustentável nas empresas, o que ocorre, é que, devido a crescente conscientização, as empresas tem procurado e se interessado em poder desenvolver uma forma de organização sustentável, para dar continuidade a sua produção e conseqüentemente a sua existência no mercado.

Pode-se entender também que, as Nações participantes dos tratados e acordos venham de uma certa forma cobrar uma postura de suas empresas em aderir o desenvolvimento sustentável, uma vez que esses países assumiram as

responsabilidades e tendem a cumpri-las mediante ao acordo afirmado.

Se uma empresa/empresário vem a algum momento praticar uma ação que visa a não degradar o meio ambiente e seus recursos como um todo, no Brasil a lei que se destaca é a Política Nacional do Meio Ambiente (Lei nº 6.938, de 17/01/1981), define que o poluidor é obrigado a indenizar os impactos causados ao meio ambiente e a terceiros, introduzindo pela primeira vez em termos legais, a necessidade do desenvolvimento econômico social com a preservação do meio ambiente e do equilíbrio ecológico.

Eco-eficiência (contratação de eficiência econômica e ecológica), fazendo mais com menos por todo o ciclo de vida do produto. Para os líderes do negócio, é um termo mais agradável do que desenvolvimento sustentável, que pode ser abstrato e de difícil compreensão no princípio. (WILLARD, 2002), apud Ono (2010, p 27). Apesar de ser um elemento significativo, não exclui o terceiro elemento, a responsabilidade social, que tem uma visão ampla da sociedade e busca assegurar que recursos e riqueza sejam compartilhados entre os cidadãos.

As demandas da sociedade pós-industrial aumentaram melhorando a qualidade de vida na comunidade e nas empresas e conseqüentemente, o crescimento econômico. A partir disso, novos valores sociais foram criados por entidades como o Instituto Ethos, para o qual:

Responsabilidade social empresarial é a forma de gestão que se define pela relação ética e transparente da empresa com todos os públicos com os quais se relaciona e pelo estabelecimento de metas empresariais compatíveis com o desenvolvimento sustentável da sociedade, preservando recursos ambientais e culturais para as gerações futuras, respeitando a diversidade e promovendo a redução das desigualdades sociais. (CUSTÓDIO; MOYAL, 2007, P.78) apud ONO (2010, p.33).

O Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social foi criado por empresários preocupados com uma sociedade justa e sustentável, tendo por objetivo a sensibilização, a mobilização e a parceria de empresas não governamentais para o desenvolvimento de modelos que elaboram relatórios sociais. Estes modelos são utilizados por diversas empresas pela simplicidade das informações e pelo detalhe no relato das informações. (ETHOS, 2007).

A inter-relação entre as funções econômica e social ambiental expõe a amplitude da responsabilidade social, e já faz parte da realidade do mundo empresarial. “O conceito da

RSE está relacionado com a ética e a transparência na gestão dos negócios e deve refletir-se nas decisões cotidianas que podem causar impactos na sociedade, no meio ambiente e no futuro dos próprios negócios”. (ETHOS, 2007).

Ono (2010) afirma que o foco principal da contabilidade Ambiental é aumentar a consciência sobre a importância de gestão de custos nos impactos ambientais das empresas. Esses impactos monetários podem ser medidos, monitorados e tratados pelo sistema de contabilidade gerencial convencional conforme desempenho ambiental em unidades físicas, gerando, portanto, o planejamento estratégico operacional ou informação para uso gerencial interno.

Souza e Clemente (2007, p.13) destacam o uso dos sistemas de custos como forma de minimizar a complexidade dos processos, pois com a economia globalizada, com o aumento substancial dos produtos, houve a necessidade de um novo sistema de informações que melhor refletisse o comportamento dos custos, ou seja, a forma como os recursos são consumidos dentro da empresa.

Esses novos sistemas de custos demandariam mudanças a certas práticas de custeio pelas empresas, especialmente às relacionadas com o meio ambiente, estabelecendo-se novos paradigmas para a organização da produção. Assim, passaram a incorporar questões relacionadas à sustentabilidade em diversas áreas empresariais e contábeis.

Com o aumento da competitividade e um crescimento na exigência da qualidade ambiental as empresas têm aderido voluntariamente à organizações de padronização e excelência (ISO e outras), para poderem não só se destacar no mercado, mais também de forma consciente padronizar suas mais variadas tarefas visando um melhor desempenho organizacional aprendendo a usufruir o máximo de seus recursos.

Contudo, pode-se afirmar que os relatórios de sustentabilidade de empresas brasileiras contemplam informações que podem apoiar a Contabilidade da Gestão Ambiental (CGA), utilizando-o como ferramenta de gestão, seja orientada pelo passado ou para o futuro, com foco no curto ou no longo prazo.

3.1 Índices de sustentabilidade nas organizações

A análise sustentável indica um rumo em que as organizações devem realizar suas atividades preocupando-se em preservar recursos atuais que poderiam faltar no futuro, bem como criar condições favoráveis para gerações futuras nas dimensões da sustentabilidade.

Os estudos sobre sustentabilidade, em sua grande maioria, indicam três dimensões para o tema: econômica, ambiental e social. A dimensão econômica trata, além das atividades monetárias da empresa, o ganho do funcionário o aumento de sua renda e seu padrão de vida. A dimensão ambiental ou ecológica está ligada como a empresa lida com o impacto de suas atividades no meio-ambiente e sua preocupação com a utilização dos recursos naturais. E a dimensão social, diz respeito às qualidades dos seres humanos, seus conhecimentos e desenvolvimento de suas habilidades tanto no ambiente interno quanto externo da organização.

A competitividade entre as empresas aumenta num grau acentuado desde a revolução industrial. A busca por vantagens competitivas traz inovações, novas tecnologias e métodos empresariais. A segunda metade do século XX foi marcada pela competitividade globalizada, onde empresas locais encontraram concorrentes das mais distantes e variadas nacionalidades. O custo do produto influi no preço de venda e está situação permite que empresas busquem um menor custo para aumentar o lucro de seus acionistas, se tornando uma das principais preocupações das empresas e estudiosos da área.

Recentemente a sustentabilidade adentra a estratégia das organizações. Impactos globais no meio ambiente e tragédias naturais foram colocadas na conta das empresas, principalmente as mais potentes e globalizadas. Estudos sobre emissão de poluentes e a despreocupação de algumas das maiores empresas do mundo com condições de trabalho e de seus colaboradores trouxeram a tona o assunto sustentabilidade. O tema, portanto, se tornou popular, e mais ainda o consumidor começa a reconhecer atitudes benéficas das empresas em relação ao contexto social, ambiental e econômico.

A Bovespa, juntamente com a FGV e o instituto ETHOS e empresas interessadas, desenvolveram o ISE – Índice de Desenvolvimento Sustentável baseadas na premissa de que empresas sustentáveis geram mais valor para o acionista em longo prazo, uma vez que estão mais preparadas para enfrentar problemas ambientais, econômicos e sociais. O Índice foi baseado no “triple botton line”. De acordo com Almeida (2002) o conceito TBL envolve a avaliação de elementos ambientais, sociais e econômico-financeiros de forma integrada.

Através de um questionário as dimensões da sustentabilidade dividem-se em critérios que tratam as políticas organizacionais, gestão (indicadores de programas, metas e monitoramento), desempenho e cumprimento legal. Após uma filtragem de 150 ações mais negociadas da BOVESPA chega-se a uma carteira composta com, no Maximo, quarenta empresas reconhecidamente comprometidas com a sustentabilidade e responsabilidade social.

Esta carteira é divulgada na Bovespa, na mídia nacional e internacional. As empresas que a compõem são premiadas em eventos importantes sobre sustentabilidade, como congressos, conferências e festividades.

O consumidor, como já foi visto, valoriza cada vez mais produtos sustentáveis. Isto em escala global. Sendo assim, estas empresas adquirem vantagem competitiva ao investir em sustentabilidade. Um exemplo recente do investimento em sustentabilidade é dado pela empresa Suzano Papel e Celulose, que compõem a carteira de sustentabilidade da Bovespa. De acordo com o Guia Exame de Sustentabilidade (2009) para cada tonelada fabricada são plantadas 5,3 árvores de mata ciliar em uma cidade do interior de São Paulo, esta ação neutraliza a emissão de todo gás carbônico emitido pela industria no processo de produção. Apesar do preço mais elevado foram comercializados 970 toneladas com receita aproximada de 2,2 milhões de reais. Segundo Antonio Maciel Neto, presidente da empresa, “uma prova de que a sustentabilidade é hoje, de fato, uma vantagem competitiva para companhia”.

Os itens mais importantes levados em consideração pelos avaliadores do índice abrangem medidas como: redução da emissão de carbono, publicação de relatórios de sustentabilidade, remuneração de executivos vinculada a metas de desempenho econômico, social e ambiental, planejamento estratégico que adota medidas de redução da pobreza e corrupção, identificação, monitoramento e estabelecimento de metas para reduzir os impactos de sua operação, responsabilidade pela saúde, segurança e qualidade de vida de terceiros e monitoramento de fornecedores quanto suas ações no que tange o tema sustentabilidade.

Os passos internacionais mais relevantes do tocante a sustentabilidade empresarial são creditados à Global Reporting Initiative (GRI), organizações que desenvolve padrões de relatórios de sustentabilidade. Fundada em 1997 e com sede Holandesa esta instituição possui representantes espalhados em escala global e seus relatórios são seguidos por mais de 3.500 empresas espalhadas pelo mundo (EXAME, 2009). A tendência é de que cada vez mais o impacto das ações seja considerado nos relatórios.

4 Custos e sustentabilidade

Segundo Vasconcelos (2009), sustentabilidade não é custo, é investimento.

Talvez o mais próximo que se possa chegar de um real valor sobre o custo da sustentabilidade é, a noção que se tem de custos parece se relacionar com os preços de bem e serviços, ou até uma planilha contendo um demonstrativo contábil. Porém deve-se levar em conta o valor que foi sacrificado, por exemplo, com a não realização de alguma atividade, em função de determinada legislação ambiental. Ou seja, devem-se computar os custos de oportunidade, que permeiam a análise dos custos, quando se pretende avaliar determinada política e projeto (PEREIRA, 1999).

A sustentabilidade tem seu custo, e deve ser considerada como um investimento, esse por sua vez à longo prazo, mas analisado custo/benefício de aplicar ações e tarefas que busquem o desenvolvimento sustentável há de ser aferir um benefício muito maior, pois esse, além de trazer um equilíbrio entre as necessidades de produção e a integridade da natureza, cria uma excelência cada vez maior para a empresa, com isso aumentando a sua competitividade e a sua longevidade no mercado. (WILLARD, 2002).

O objetivo fundamental de qualquer organização é obter o maior retorno possível sobre o capital investido. Para tanto, utiliza-se de ferramentas disponíveis para estar á frente dos concorrentes, obtendo maiores margens de mercado.

Deve-se analisar a atual situação da empresa ou unidade de negócio sob o aspecto da sustentabilidade e desenvolver uma idéia geral dos pontos fortes e fracos e traduzir isso em vantagens e desvantagens. Evidentemente os pontos fortes são algo a explorar – conjunto de habilidades, recursos de materiais, vantagens culturais e ligações com os stakeholders, a serem explorados, para tornar suas operações maiores, mais fortes e mais lucrativas. Essas vantagens oferecem oportunidades de negócios, que talvez sejam bastante óbvias, na medida em que são conseqüências naturais do que já está sendo bem-feito. Os pontos fracos são perigos a serem identificados e eliminados – carência de habilidades, destruição de recursos, pontos cegos culturais e relacionamentos com stakeholders que se deterioram ou simplesmente deixa de existir, cujas implicações precisam ser analisadas e enfrentadas, antes que causem danos maiores (SAVITZ, 2007, p. 147).

Enfim, antes de começar a desenvolver um programa de sustentabilidade é necessário examinar a estratégia da organização, suas vantagens e desvantagens para poder ter o sucesso esperado com a implantação do programa.

5 Ganhos com a sustentabilidade

A incorporação de atividades voltadas a sustentabilidade, por parte das organizações passa ser de interesse das mesmas como meio de obter vantagem competitiva. A sustentabilidade que ganhou força no século XX deixa de ser somente uma cobrança de ambientalistas e estudiosos da área e se torna item indispensável na pauta de estratégia de qualquer grande organização deste século presente. Aquelas que ousam não dar importância ao tema podem sofrer com queda nas vendas, perda de acionistas e conseqüentemente o insucesso.

Medidas sustentáveis estão deixando de ser encaradas como custo às organizações e sim como oportunidade. Porter e Kramer (2006, p. 5) afirmam que o conceito de sustentabilidade deve ser analisado como uma oportunidade de negócio e levado ao centro da estratégia das organizações.

Conforme Savitz (2007), dentre muitos dos benefícios que a sustentabilidade pode trazer para a organização, será citado aqui três básicos de todos eles:

a) proteção para a empresa inclui a redução dos riscos de prejudicar os clientes, os empregados e as comunidades; a identificação o mais cedo possível de riscos eminentes e de falhas gerenciais pendentes; e limitação de intervenções regulatórias; e a preservação da

licença de operação implícita ou explícita concedida pelo governo ou pela comunidade em geral;

b) a gestão da empresa abrange redução de custos, melhoria da produtividade, eliminação de desperdícios desnecessários e garantia de acesso a fontes de capital a custos mais baixos;

c) promoção do crescimento da empresa inclui a abertura de novos mercados, o lançamento de novos produtos e serviços, a aceleração do ritmo de inovação, a melhoria da satisfação e lealdade com os clientes, a ampliação da fatia de mercado mediante a conquista de novos clientes para os quais a sustentabilidade seja valor pessoal ou empresarial importante, melhoria da reputação e do valor da marca.

Todos esses benefícios em um mundo mais sustentável, que importe com o desenvolvimento das Nações, organizações, interagindo com os fatores que influenciam e fornecem meios para esse crescimento.

6 Conclusão

A responsabilidade ambiental, social e econômica são elementos que fazem parte do tema sustentabilidade. As organizações deste novo milênio estão cada vez mais pressionadas a oferecerem melhores condições de trabalho, ao meio-ambiente em que estão inseridas e transparência em suas ações econômico-financeiras. Isto se deve principalmente a fatos ambientais que assustaram populações e governos nas últimas décadas. Escândalos sobre fraudes na contabilidade de grandes empresas, tragédias ambientais, e trabalho praticamente em regime de escravidão são alguns exemplos que trouxeram à tona a sustentabilidade.

A preocupação com o futuro das gerações é foco central das discussões e as medidas de redução de carbono para diminuir o efeito estufa, ou aquecimento global foram pioneiras em organizações pelo mundo inteiro.

O consumidor atento aos acontecimentos e fatos faz surgir a nova tendência de consumo, onde empresas responsabilmente sustentáveis se tornaram preferência. A sustentabilidade deve ser tema central na estratégia das empresas. O risco de ignorar ações socialmente responsáveis é alto e o custo para ser sustentável é agora investimento para obter um atributo cada vez mais indispensável no mundo inteiro: a sustentabilidade.

O tema tem sua devida importância pelos acontecimentos que ocorreram e pelos que foram previstos caso atitudes não fossem tomadas. Estas geram custos, os primeiros a apropriar são as organizações que no contexto atual procuram formas de obter ganho. A estratégia entra em cena com novos elementos. Cabe lembrar que os custos poderiam e poderão ser ainda mais altos se medidas não fossem ou forem adotadas a tempo.

Referências

ALMEIDA, F. *O bom negócio da sustentabilidade*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.

ARAUJO, Geraldino Carneiro et. al. *Sustentabilidade empresarial: conceito e indicadores*. 2006.

BACIC, Miguel Juan. *Gestão de custos: uma abordagem sob o enfoque do processo competitivo e da estratégia*. Curitiba: Juruá, 2008.

GUIA EXAME de Sustentabilidade. *Revista Exame*. São Paulo: Editora Abril, 2009.

INDICADORES ETHOS DE RESPONSABILIDADE EMPRESARIAL. Versão 2007. São Paulo: Instituto Ethos, 2007

ÍNDICE DE SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL. São Paulo: Bovespa. 2010. Disponível em: <<http://www.bmfbovespa.com.br/Pdf/Indices/ISE.pdf>>. Acesso em: 30 jun. 2010.

PORTER, M. e KRAMER, Mark R. *Strategy e Society. The link between competitive advantage and corporate social responsibility.* Harvard Business Review, Massachusetts, p. 1-14, Dec. 2006.

RIGONATTO, Claudinei Antônio. *O Custo da sustentabilidade ambiental.* Disponível em: <http://www.seplan.go.gov.br/sepin/pub/conj/conj10/artigo08.pdf>

SAVITZ, Andrew W. *A Empresa Sustentável.* 2ed. Rio de Janeiro. Elsevier , 2007.

SILVA, Luiz Eduardo Leite da. CAMARGO, Luis Henrique da Silva. CASTARANELLI, Maria Fernanda. Gomes, Nieli Ribeiro. *Sustentabilidade.* Unisaesiano Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium, Curso de Administração. 2008.

SOUZA, Alceu e CLEMENTE, Ademir. *Gestão de custos: usos operacionais e estratégicos.* Atlas, São Paulo, 2007.

TRIBESS ONO, Fabiane Zoraia. *Informações dos relatórios de sustentabilidade de empresas brasileiras: enfoque na contabilidade da gestão ambiental.* Curitiba, 2010.

VASCONCELOS, Ricardo. *O Custo da Sustentabilidade.* 2009. Disponível em: <http://www.buildings.com.br/revista/pdf/revista-buildings-o-custo-da-sustentabilidade.pdf>.